

“É MUITO SURPREENDENTE PARA MIM A RADICALIZAÇÃO DOS JOVENS NA COSTA NORTE DE MOÇAMBIQUE”

o Professora Liazzet Bonate diz que Pesquisadores perderam oportunidade de esclarecer as motivações iniciais dos ataques de Cabo Delgado

o Temos que começar a realizar pesquisas em Nampula com o intuito de saber como as pessoas se sentem perante as novas tendências de radicalização do islão?

o Temos que entender as ocorrências para identificar os protagonistas dos ataques de Cabo-Delgado e ver a insurgência como um processo histórico com mudanças e transformações consoante o tempo e actores

Leia nas págs 4 a 10



Pub



**OFERECEMOS CURSOS
BÁSICOS DE
INGLÊS, FRANCÊS
E ITALIANO
INSCREVA-TE JÁ**



FORTALEZA DE S. SEBASTIÃO(CECROI) FCSH



84 7933030 - 86 9222945 - 84 0721012



Centro de Estudos Culturais e Religiosos - CECROI/FCSH/UniLurio

Com a retoma da actividade turística

“QUEREMOS TRANSFORMAR O POSTO DE TURISMO EM VILA CULTURAL”

– Wilson Nicaquela, Director da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

No âmbito dos esforços empreendidos para a exploração de todas as potencialidades socioculturais que a Ilha de Moçambique oferece, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio acaba de instituir a chamada “Vila Cultural”.

A funcionar junto do Posto de Turismo da Ilha de Moçambique, onde a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, é parte do Conselho de Gestão, a “Vila Cultural”, pretende oferecer uma série de eventos onde o turista, principalmente estrangeiro, tem um contacto com a realidade cultural da Ilha de Moçambique.

As iguarias da Ilha de Moçambique, o artesanato, a dança tufo, entre outras manifestações culturais, figuram na lista das actividades que de forma sistemática serão exibidas na “Vila Cultural”. Para o feito, segundo deu a conhecer o Director da Faculdade, Wilsom Porfírio Nicaquela, “já contactamos vários grupos culturais para começarem a actuar no posto de turismo. Esse convite antecedido de uma pesquisa de recolha de narrativas sobre algumas práticas culturais na Ilha de Moçambique”.

Fruto dessa mesma pesquisa, foram elaboradas narrativas sobre o Musiro, Tufo pratos típicos e exclusivos que irão requeantar a “Vila Cultural”.

Como irá funcionar a “Vila Cultural”? Wilson Nicaquela explica que “os estudantes que frequentam o curso de Turismo e Hotelaria (na Especialização em Património), serão



Wilsom Porfírio Nicaquela Director da FCSH

chamados para partilharem os seus conhecimentos. Os turistas irão receber o convite a partir das instâncias turísticas hoteleiras onde estejam alojados para participar dos eventos que em princípio passarão a funcionar às sextas-feiras”.

Para além de estudantes, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, poderá contar com os préstimos de pessoas mais velhas com domínio e sabedorias sobre as potencialidades locais para partilhar as suas experiências do passado na Ilha de Moçambique. Com este convite aos mais velhos, Nicaquela diz que “a Faculdade, pretende ser o elo entre a comunidade e o turista na transmissão da cultura local”.

“O turista quer aprender sobre as práticas locais. Então, ele tem que viver onde essas práticas são partilhadas de forma sistemática. Não queremos que seja a Universidade a trazer estes conhecimentos. Tem que ser a comunidade a levar esses conhecimentos à Universidade, mas tudo isso no âmbito da promoção do

Cont. pág.3

Ficha técnica:

O Macuthi
Boletim Informativo da FCSH

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Lúrio

Ilha de Moçambique | Rua: Pedro Álvares | Bairro: Museu | E-mail: rpcifcsh@unilurio.ac.mz | +258 878300752

Director: Wilson Porfírio Nicaquela | **Editor:** Faizal Ibramugy Abdul Raimo | **Revisão:** Albino Oreste Muatuca, Beatriz Chalucwane, Nildo Eugenio Diogo | **Redação:** Faizal Ibramugy Abdul Raimo | **Fotografias:** Cefo Assimilado | **Maquetização:** Faizal Ibramugy Abdul Raimo | **Distribuição:** gratuita

turismo na Ilha de Moçambique”

Nicaquela referiu que o primeiro evento da “Vila Cultural”, decorreu antes da declaração do estado de emergência, no qual tomaram parte pessoas mais velhas que foram partilhando suas experiências e vivências aos turistas. O evento teve lugar de frente do Museu da Ilha ao largo da praia e foi bastante concorrido. O evento consistiu na divulgação de narrativas tradicionais locais.

Em 1991, a Ilha de Moçambique foi declarada Património Mundial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), devido à sua rica história, manifestada por um interessante património arquitectónico.

Para além da “Vila Cultural”, a FCSH tem se destacado na organização da actividade dos guias turísticos e a organização do acervo bibliográfico para desvendar eventos que tiveram lugar no



Créditos: Cefo Assimilado

Dança Tufo, uma das manifestações culturais da Ilha

passado, principalmente no séc. XIX.

Foi no âmbito dessas actividades que a FCSH em parceria com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril, Portugal, organizou a primeira edição do curso avançado de guias turísticos. “Devo dizer que a actividade de guias turísticos melhorou bastante. Ela era realizada empiricamente e de forma desorganizada. O que fizemos como faculdade foi organizar um curso de três meses, que permitiu elevar as qualidades técnicas das pessoas que se dedicam a essa actividade”, disse o director.

“Na verdade, a Faculdade está a fazer o seu máximo para mostrar à comunidade, o valor que a nossa instituição desempenha ao se instalar na Ilha de Moçambique”. Ele explicou que em relação ao acervo bibliográfico existente na Ilha de Moçambique, mais concretamente no Conselho Autárquico, Museu e Administração Marítima, a FCSH acaba de firmar um acordo com a Kings College da Inglaterra, através do qual, as duas instituições acordam desenvolver um projecto de pesquisa para desvendar os eventos ocorridos na Ilha de Moçambique durante o séc. XIX.

No mesmo contexto, o director avançou que “o projecto surgiu a partir de um levantamento do acervo da Administração Marítima da Ilha, onde se descobriu o diário do farol que era usado no séc. XIX, que revela a quantidade de combustível que era usado diariamente para a abastecer. O farol encontra-se na Ilha de Goa. Também descobrimos a

quantidade de combustíveis que os marinheiros gastavam para atravessar para aquela Ilha e as rotações que o farol fazia”.

A Faculdade, criou um movimento na Ilha de Moçambique que se tornou elucidado, o que trouxe à Ilha um outro tipo de visitantes trazidos e atraídos pela faculdade. Uma série de eventos, entre os quais seminários conferências, simpósios e outros de carácter académico têm estado a ser promovidos. Entre as actividades realizadas este ano, o destaque vai para a realização de seminários Online (devido a pandemia da Covid 19). Destes seminários, destaca-se o webinar sobre “(Re)Pensar a Identidade e o Desenvolvimento partindo do Índico”, em que o convidado foi o Professor brasileiro Marçal Paredes.

A Professora Liazzat Bonate orientou o seminário sobre a “A Costa Norte de Moçambique no Mundo Suaíli: Islão, o Índico e a Tradição Africana”.

Destaque-se também o seminário sobre “As Oportunidades de Pesquisa no Norte de Moçambique”, orientado pela professora Teresa Cruz e Silva do Centro de Estudos Africanos, da Universidade Eduardo Mondlane.

Ainda no presente ano, a FCSH em parceria com a Kings College da Inglaterra orientou o seminário sobre “As Experiências Sobre a Gestão do Processo de Ensino e Aprendizagem no Pós-Covid19”, para além da “Conferência Sobre Cultura e Projectos de Desenvolvimento do Norte de Moçambique”, que foi realizada de forma presencial em Março passado.

“A partir desse leque de eventos que passaram a acontecer de forma sistemática, trazendo figuras importante da vida política, económica e académica, descobrimos que o capítulo do famoso livro sobre os Lusíadas, da autoria de Luís de Camões, foi escrito na Ilha de Moçambique”, disse finalizando que todo o mundo sabia da passagem de Luís Camões na Ilha de Moçambique, mas eram desconhecidos os trabalhos que teria realizado.



“É MUITO SURPREENDENTE PARA MIM, A RADICALIZAÇÃO DOS JOVENS NA COSTA NORTE DE MOÇAMBIQUE”

– Professora Liazzet Bonate, historiadora e cientista social moçambicana que estudou o Islão no norte de Moçambique.

A Professora Doutora Liazzat Bonate, uma historiadora e cientista social moçambicana que mais estudou o islão na costa norte moçambicana, diz que é muito surpreendente a radicalização dos jovens moçambicanos.

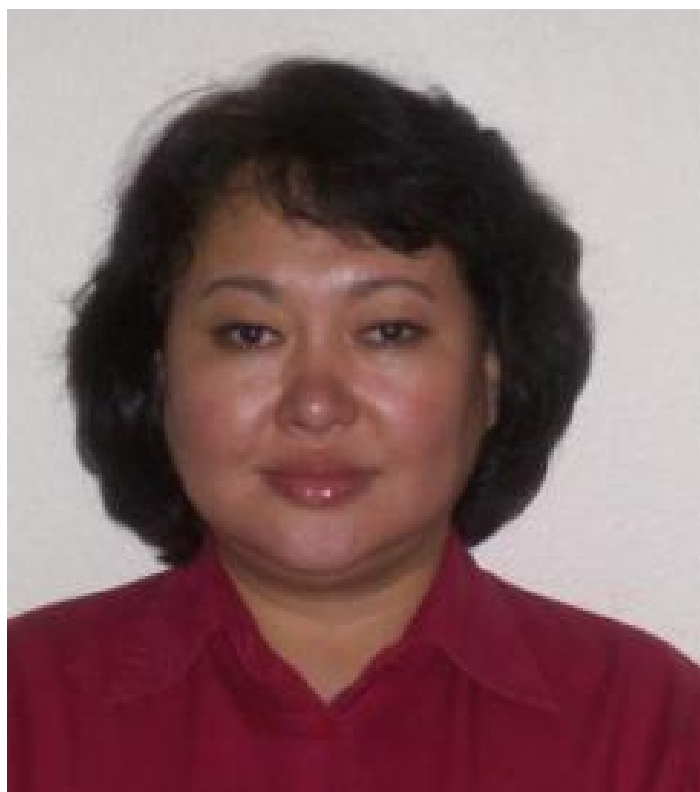
Ainda que a insurgência no norte não tenha motivações declaradas, a historiadora considera que será difícil implantar a lei de Shariá em Moçambique por vários motivos: o Estado é separado da religião, os muçulmanos são uma minoria, para além de que, é esquisito a forma como os jovens insurgentes interpretam o islão, praticando três orações diárias e se fazendo às mesquitas vestidos de calções e sapatos, se essa informação for verdadeira.

Nesta entrevista conduzida por Faizal Raimo, Liazzat Bonate, actualmente Professora de História de África na Universidade das Índias Ocidentais (UWI), Santo Agostinho em Trinidad e Tobago diz que o país perdeu a oportunidade de conhecer em tempo real, as motivações dos insurgentes que estão a semear terror na província de Cabo-Delgado. Mas sugere ela, que se comece o trabalho de investigação para trazer a diversidade de vozes de moçambicanos muçulmanos residentes em Nampula, Niassa e Cabo-Delgado, sobre como as pessoas se sentem perante as novas formas de interpretação e de radicalização do islão.

A pesquisadora adverte para que se tenha muito cuidado, porque há muitos conflitos que duram séculos, envolvendo os fazedores do islão. Aliás, segundo entende, essas divergências podem estar na origem dos actuais conflitos, como também, a falta de satisfação da expectativa dos jovens no norte de Moçambique.

Na mesma entrevista, fala também dos temas das áreas de História e das Ciências Sociais que devem merecer a atenção dos académicos, tais como as origens e a predominância do islão na costa norte de Moçambique.

A Professora Bonate leccionou na Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane (1993-2007), na Universidade Nacional de Seul, na Coreia do Sul (2011-2015), para além de ser pesquisadora do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique (2007-2016).



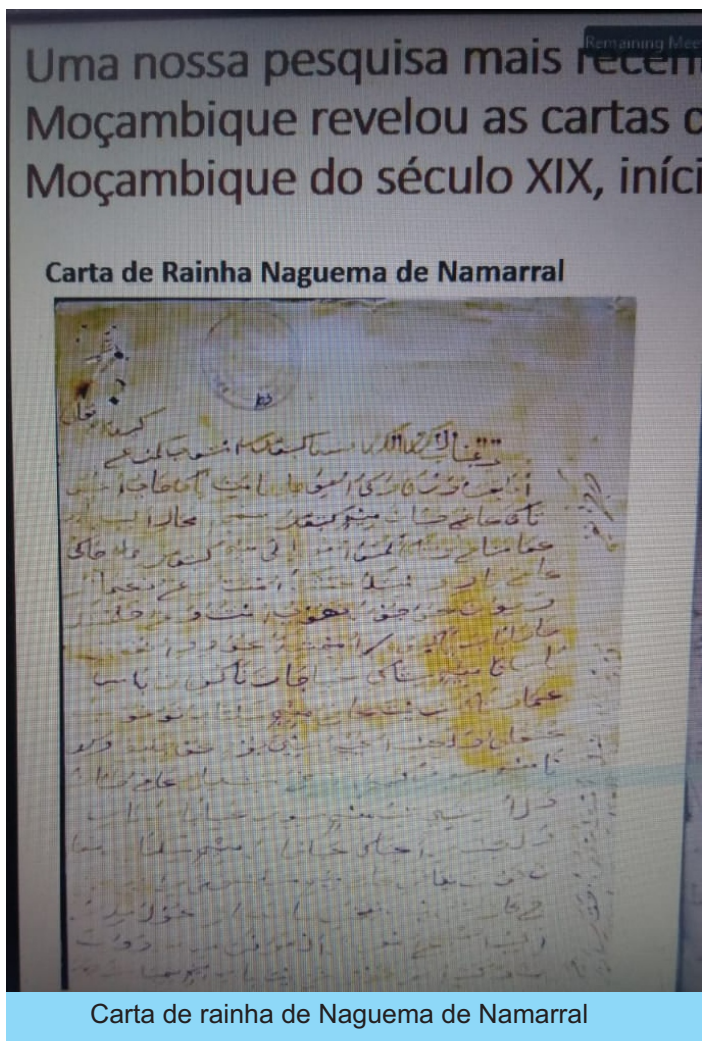
Créditos: Liazzat Bonate

Liazzet Bonate

Historiadora e cientista social

OMacuthi (OM): Professora Liazzat Bonate, o quê se pode pesquisar nas áreas de actuação das Ciências Sociais e Humanas, e que pode ser interessante na Costa Índico, especificamente no norte de Moçambique?

Liazzat Bonate (LB): Existem várias áreas, mas vou falar de quatro áreas de investigação. Vou me cingir naquelas áreas que julgo importantes para a Universidade Lúrio e, que podem ser feitas a partir da Ilha de Moçambique, com muita vantagem. Uma das primeiras áreas é a questão das línguas locais. As pessoas que vão investigando o norte de Moçambique têm a necessidade de aprender o Emakhwua, a língua que é falada maioritariamente. Mas também, algumas pessoas aprendem o Suaíli e depois há uma minoria que lida com o Nahará, Koti, Enattembo (ou Sangaji) e outras línguas da costa. Eu acho que a vossa instituição podia dar alguma ênfase particular para essas áreas, não só para capacitar os vossos próprios quadros, como também para terem uma vantagem no processo de competição académica. Podem oferecer serviços e fazer dinheiro e ligações com outras instituições de ensino, investigação e ONGs e



outras organizações interessadas nesse tipo de serviços a nível nacional e internacional, porque muitos estudantes que fazem o doutoramento e/ou pesquisadores que pretendem investigar o norte de Moçambique, muita das vezes têm que passar um tempo a aprender a língua local. Muitos vêm para Moçambique e arranjam um professor ou se houver o curso na Universidade Eduardo Mondlane, vão aprender lá. Se não houver, vão procurar alguém individualmente que lhes vai ensinar. O que a UniLúrio devia fazer é formalizar essas línguas, desenvolver os sectores relevantes da universidade para oferecer esse tipo de serviços, e estabelecer parcerias com outras instituições e até criar bibliotecas.

A outra área que poderia ser proveitosa é a área da escrita árabe em línguas locais, porque qualquer pessoa pode aprender a língua árabe, como também, há possibilidades de aprender o Suaíli, mas não existem instituições que podem oferecer a possibilidade de aprender a ler e interpretar as fontes escritas em línguas locais de norte de Moçambique usando as letras árabes. Mas eu acho que seria muito bom se a UniLúrio pudesse também incluir nos seus programas a língua árabe e Suaíli. Ter esses recursos em termos institucionais é muito importante. Pode-se estabelecer contactos e acordos de mobilidade com as universidades em Dar-es-Salam e Zanzibar, como uma oportu-

nidade de expansão regional e para a capacitação dos quadros internos para saberem trabalhar com as línguas Suaíli e árabe, principalmente em documentos históricos. Mas a escrita árabe que estou a mencionar é outra coisa. É uma escrita que foi historicamente usada no norte de Moçambique, mas que não é propriamente a língua árabe, são línguas locais que foram escritas em letras árabes. Na verdade, a maioria dos documentos em escrita árabe que estão no Arquivo Histórico de Moçambique, como também, nos arquivos portugueses, são correspondências de chefes africanos com a administração portuguesa, que na sua maioria, foram escritas em caracteres árabes. Esse tipo de correspondências continuou até o início do séc. XX. Nampula (na altura o Distrito de Moçambique) que usava o Sauíli e Cabo Delegado, que usavam Kimwani, até a ocupação efectiva de Moçambique pelo colonialismo português. Esta é uma oportunidade porque esses documentos são muito concorridos, muitos estudiosos querem-nos pesquisar. Quando nós próprios não pesquisamos, os investigadores estrangeiros acabam fazendo e depois vendem-nos os livros. E também muitas vezes eles escrevem em inglês e francês, e isso torna a sua acessibilidade reduzida para a maioria dos moçambicanos.

OM: Professora, o que se pode fazer em termos de investigação?

LB: O que se pode fazer em termos de investigação, é recolher esse tipo de material. Pode-se estudar, tanto sob ponto de vista social (como é que essa escrita foi ou é usada), como sob ponto de vista linguística. É curioso como as letras árabes são usadas para línguas locais. Nós sabemos que o árabe tem um número de letras limitadas, por exemplo, tem quatro vogais. Muito interessante como pessoas locais transcrevem a pronúncia. Uma vertente é, portanto, linguística e a outra é histórica, que pode ser feita, estudando documentos nos arquivos, mas também aqueles que estão nas mãos de pessoas privadas no norte de Moçambique. Esses incluíam tradições locais, como por exemplo das grandes chefaturas, clãs, e famílias, como também dos lugares, e dos eventos e acontecimentos de passado. Também as pessoas guardam cartas e outras memórias que às vezes não são acessíveis para muita gente, porque não costumam partilhar com outros, sobretudo os shehes e régulos, etc. Mas, é uma área que pode dar alguma abertura para explorar o passado até a tradição e história local, e como esses foram, ou são vistas pelas pessoas locais, se há no passado ou agora.

OM: Quais são as outras duas áreas de investigação?

LB: Eu trabalhei com material sobre as mulheres e a sua influência nessas sociedades islâmicas que vão contra aquela suposição de que o islão diminui o papel da mulher, mas nós sabemos de rainhas como Naguema de Namarral que foram capazes de confrontar Mouzinho de Albuquerque e outras que foram se envolver no comércio de escravos, até

participaram na Guerra de Libertação Nacional, no Destacamento Feminino. E também existem chefes tradicionais mulheres até agora, as pya-mwewnes e nunu. Tudo isso diz respeito à questão do relacionamento entre o islão e a matrelinhagem que também por si só é uma grande área de pesquisa.

Outra área que poderia ser vantajosa, olhando a posição da UniLúrio, é trabalhar com a tradição oral. A tradição oral inclui a história local, de chefaturas, das famílias, clãs, como também provérbios, contos e cantos, e outros que nos ajudem a construir uma história da região e consequentemente de país.

A outra área de investigação podia ser a história oral que é

a história mais recente baseada na memória de pessoas. Pode-se coleccionar uma história oral do período colonial, de economia e de outras áreas sociais e políticas daquele período, como também a história oral da guerra civil, da transição para a economia neoliberal, e outras

São essas áreas, mas eu acho que existem muitas outras possibilidades. O essencial é reconhecer o que vocês têm em termos de recursos e de acesso fácil e que põe vocês numa posição de vantagem e depois, desenvolver essas áreas, capacitar os quadros, expandir as condições e continuar trabalhando, assim conseguem manter-se e angariar fundos e subsídios para a vossa instituição, para pesquisa e ensino, e partilha de material e serviços com as outras instituições.

Cont. pág.7

Destas casas emerge o nosso boletim



Leia e divulgue

O Macuthi
Boletim Informativo da FCSH

OM: Por quê é que o Islão predomina na Costa do Índico?

LB: É porque quando o islão se expandiu, uma das áreas que foi se desenvolvendo muito rapidamente sobre as comunidades, era o comércio. O próprio Profeta Muhamed, era comerciante, e ele também se casou com Hatija que era comerciante. Ele viajou por muitas regiões e países, só depois é que teria recebido a abertura e a conexão com Deus. As sociedades, tanto no Médio Oriente como mediterrânicas e do norte de África eram sociedades muito envolvidas em comércio. Quando eles se converteram em sociedades muçulmanas, elas expandiram essa vertente comercial, e com ela também expandiam o islão. Vamos ver que acabaram dominando todo o Oceano Índico, Mediterrâneo e região Trans-Sahariana. Havia duas rotas de comércio de seda, uma era terrestre e ligava a Europa a China. A outra rota era marítima via o Oceano Índico que ligava a Europa, Médio Oriente, e a África Sub-Sahariana. Mesmo antes do surgimento do Islão, o norte de Moçambique estava ligado a essas redes de comércio, o facto que atestado pelos achados e vestígios arqueológicos. O comércio expandiu-se mais rapidamente com o surgimento do islão. No caso de costa leste africana e moçambicana, as viagens que ligavam essas regiões a outras partes de oceano Índico dependiam das monções, das mudanças da direcção do vento porque usavam os barcos a vela, o dhow. Por isso, as pessoas ficavam na costa leste africana durante seis meses, esperando que o vento mude de direcção. Nesse tempo de espera, ficavam instaladas nas comunidades e acabavam se casando e construindo outras relações com pessoas até do interior do continente. Como eles eram muçulmanos, ensinavam o islão, o qual as pessoas locais provavelmente achavam interessante por causa do comércio e por causa da escrita, pois esse comércio era baseado em redes da escrita. O comércio não envolvia dinheiro vivo, mas sim contractos e cartas entre comerciantes de várias regiões. Logo que a escrita em letras árabes foi se adoptando para as línguas locais, tornou-se muito importante. As pessoas faziam contratos, por exemplo quando atravessavam o Sahara, e no caminho encontravam pessoas que eles mostravam os cheques, contratos escritos, e cartas e prosseguiram. Então, essa foi a principal influência que levou o islão a expandir-se rapidamente na costa do Índico. Mas também, temos que lembrar que na idade média, a civilização islâmica era a mais alta e a mais desenvolvida em termos de ciência, tecnologias e conhecimentos, e isso também atraía muita gente. Por exemplo, quando houve conversão dos ibéricos, durante a expansão de mouros e de al-Andalus, os pais queixavam-se que os jovens se convertiam ao islão por causa da moda. Juntavam-se para tocar música nos jardins, declamavam poesia, desfilavam os penteados e roupas, entre outras actividades consideradas de civilização alta e interessantes para jovens. Quando os portugueses chegaram em Moçambique, toda costa norte e centro praticamente estava

islamizada.

OM: Professora, acha que com o tempo o islão foi se transformando?

LB: Durante vários séculos, o islão se transformava. Aliás, não é o islão que muda, mas são as pessoas que transformam as práticas e concepções religiosas, adoptando-as para o seu contexto. Porque o islão é uma ideia que é articulada de acordo com as necessidades e o entendimento de pessoas.

OM: Porque é que o Islão muitas vezes é associado à radicalização?

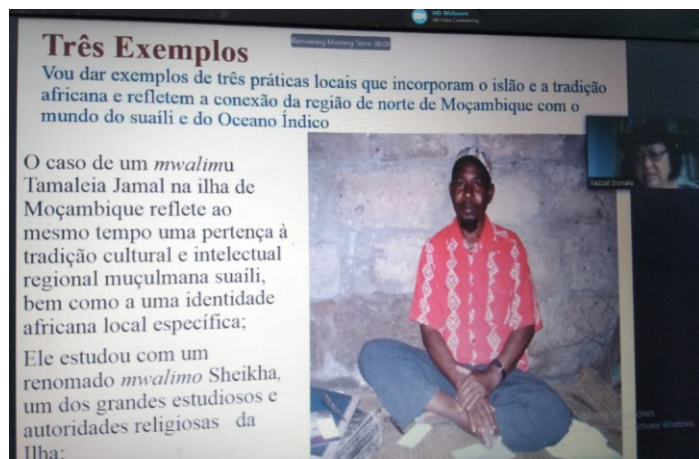
LB: As pessoas não notam, mas também há uma radicalização muito forte do Budismo. Nós podemos ver isso quando olharmos para a situação de Rohingya no Myanmar, e também isso era notável na guerra civil de Sri Lanka que durou 30 anos. Muitos budistas são radicais neste momento, até os monges budistas participaram nos massacres. Há uma radicalização muito forte do Cristianismo também. Veja os evangélicos radicais e outros que estão ligados à extrema-direita tipo KKK, por exemplo.

O Islão não é diferente, são as pessoas que articulam a religião de maneira como eles entendem ou querem articular, alguns até instrumentalizam-no para fins políticos, sociais e até financeiros. Então, a religião é somente uma ideia numa maneira mais ampla. O importante, é saber o que as pessoas fazem com a religião? Porque fazem? Onde querem chegar? O que querem alcançar com isso?

Uma nova interpretação do islão foi feita por vários sheikhs islâmicos e intelectuais de destaque a partir de finais do século dezanove, como por exemplo, Muhammad Abduh que foi o mufti da Universidade de Al-Azharno Egipto. Ele interpretou o islão no contexto colonial, porque a preocupação dos muçulmanos naquela altura era: por que a religião islâmica decaiu? Porque os europeus conseguiram colonizar as terras islamizadas? Como é que os muçulmanos podem conseguir sobreviver mantendo a sua identidade religiosa neste novo contexto? Essas questões surgiram também porque o colonialismo europeu trouxe os projectos de missão civilizadora. E muçulmanos escreviam respondendo aos pensadores políticos europeus daquela época. Muhammad Abduh tinha muitos alunos e discípulos, alguns dos quais foram enquadrados na sociedade moderna mantendo a identidade religiosa, mas outros ficaram radicais

OM: Porquê?

LB: Por causa de insatisfação com a situação colonial e com a situação pós-colonial. As elites desses países árabes não ofereciam o que eles esperavam que era maior democratização da sociedade e distribuição de serviços e riquezas. Havia muita crítica neste sentido. Em resposta, as elites também perseguiam os seus rivais e a oposição com muita força, e alguns grupos ficaram muito radicais e optaram por fazer terrorismo e jihad, mas era porque achavam



Créditos: Liazzat Bonate

Professora Liazzet Bonate, sugere pesquisas sobre a tradição oral na Ilha

que não havia outra solução, porque já esgotaram todas as vias de comunicação com o poder político, também diziam que o poder político dos países árabes vendeu-se ao ocidente. Depois da descolonização e independência destes países, a maioria da população continuava pobre e muitos sectores reivindicavam a distribuição das riquezas entre os mais pobres, e outros criticavam os políticos e governos por eles terem alegadamente enriquecido a custa de povo e servindo ao ocidente. Os governos responderam a essas reivindicações com muita violência, meterem muitos na prisão, e nalguns casos, os presos políticos foram torturados e mortos. Criou-se uma teologia de vitimização que dizia que os jihadistas estão a lutar por justa causa e que são mártires que morrem por ela. Mas tudo isto foi articulado em linguagem religiosa, por isso surgiram esses movimentos radicais. São movimentos muito numerosos, cada qual vai pisando numa tecla que eles acham importante e eles diferenciam-se entre si, mas lutam contra o ocidente e os seus governos, na maioria dos casos.

OM: O que torna os jovens da costa norte de Moçambique, radicais?

LB: Para mim é muito surpreendente a radicalização dos jovens da costa norte de Moçambique. Eu como andei muito no norte de Moçambique de 1996 a até 2007, nunca vi um posicionamento dos jovens muito radical. Alguns deles tinham aquela coisa de que o mundo é injusto, que o ocidente está a atacar Palestina, Afeganistão, Iraq, era sempre essa coisa de que o ocidente está a fazer para que os povos muçulmanos sofressem. Alguns achavam que as elites estão a fazer acordos com ocidente a custo de muçulmanos. Mas nunca ouvi essa ideia de ir levantar-se contra o Estado Moçambicano ou instalar a lei de sharia ou estado islâmico. Muitos jovens moçambicanos que cresceram no país sabem que muçulmanos são uma minoria, e que não vão conseguir impor sharia. E também, para dizer a verdade, muitos nem queriam isso. Eles sabem que muitas comunidades são mistas, e que também o Estado é separado de religião. Eu acho que essa é primeira vez que eu oiço sobre radicalização com essa insurgência de Cabo-Delgado, porque não temos dados pormenori-

zados, feitos por várias pessoas. Nós, os cientistas sociais o que precisamos, é trazer mesmo as ideias, interpretações e discursos de muçulmanos locais para frente e pôr as pessoas a falar sobre como interpretam o islão, a sua sociedade, e se decidiram, como decidiram optar por essa via radical e da violência? Nós até agora não temos esses estudos. Os estudos que fazem, procuram ligações dos insurgentes com a Arábia Saudita, com o Uganda, ISIS, entre outros. Não entramos ainda para a própria questão da radicalização local

OM: Que questão se refere professora?

LB: A questão que levou os jovens locais a optarem por essa via. Para isso, temos que perguntar. E é importante saber das ligações com o Estado Islâmico, mas o que nós queremos saber, é em relação às pessoas locais. O que existe é muita exotização deles. O discurso inicial era o de que são estrangeiros. Mas não podemos continuar assim, porque não sabemos se são estrangeiros. Eles são esquisitos, usam calções e sapatos nas mesquitas. Para muitos muçulmanos, tudo isso é muito esquisito. Por que os muçulmanos iam seguir alguém que faz essas coisas? Porque uma seita muito estranha, desviante do islão, haveria de angariar apoios? Como iam apoiar um grupo islâmico que reza três vezes por dia e anda de calções e sapatos nas mesquitas? Muitos muçulmanos de Cabo-Delgado iam estranhar também. É muito esquisito! Mas não é isso que aconteceu, já é terceiro ano estamos nesta confusão sem explicações. Então isso não pode ser, devia haver explicações para tudo isso.

OM: O que os investigadores deviam fazer neste momento?

LB: Os muçulmanos têm muitas contradições entre eles, porque há muitas maneiras de ver o islão. Uns estão nesse grupo e outros no CISLAMO (Conselho Islâmico de Moçambique), no Ahlal-Suna, e no Sufismo, e temos curandeiros e outra gente que se baseia no Alcorão. Temos essa toda diversidade com vários conflitos entre eles que duram anos, senão séculos. Temos que ter cuidado de saber lidar com essa diversidade. Temos que começar a realizar pesquisas em Nampula com o intuito de saber como as pessoas se sentem perante as novas e diferentes interpretações do islão. A interpretação que refiro, é essa de que o Estado deve se basear no islão, pela lei de sharia. O que isso significa? O que eles querem exactamente? Também é importante saber a interpretação que as pessoas dão sob ponto de vista de tempo em que começou a expandir-se o conflito no norte de Moçambique. Porque apareceram pessoas que são mais barulhentas do que nos tempos anteriores? Então, o que vocês devem fazer em Nampula, é simplesmente começarem a abordar essas questões pouco a pouco, com muito cuidado, porque isso requer uma delicadeza, também porque os muçulmanos agora estão com medo de responder. Na verdade, estão com medo de se abrir e acabar na

prisão, de serem sequestrados ou punidos pelos insurgentes. Às vezes têm medo de expor a família, amigos e colegas. O trabalho deve ser feito por pessoas locais, aquelas pessoas que têm confiança e intimidade de poder conversar com calma. O que nós queremos é a voz do povo moçambicano muçulmano. Nós queremos a diversidade de opiniões e de diferentes abordagens, tudo isso tratado usando métodos de ciências sociais e não de ponto de vista de conversas ou senso comum. Fazer a conexão desse material com a informação empírica, entrevistas e outros dados. Nós precisamos conversar com sheiks do norte de Moçambique e, não somente esses de Maputo que ficam toda hora na internet ou nos mídias a dar palpites. Nós queremos essa população que vive naquelas terras, mesmo em Nampula e Niassa, aqueles que estão ligados a Cabo-Delgado, porque têm muita coisa em comum. Têm uma história que foi partilhada e também a maneira de fazer a religião.

OM: A Professora reúne muita experiência de trabalho de campo no norte de Moçambique. O que originou este actual conflito?

LB: Tem que me dar dados primeiro. Dados empíricos ou qualquer outro tipo de dados. A partir desses dados, eu posso interpretar e tirar evidências. Mas não temos esses dados. Vamos lá enfrentar a verdade.

Tudo que temos até agora são falas articuladas. A questão devia ser: porque essa insurgência emerge nesse lugar? Por exemplo, a costa de Nampula tem muito mais muçulmanos concentrados com uma história e identidade forte islâmicas. Temos muçulmanos em Angoche, Ilha, Lumbo, Sancul, Nacala. Porquê Cabo-Delgado? Porque surge neste momento? Nós não tínhamos uma história longa da presença desses radicais. Se olharmos para a história da Tanzânia, Quênia, Uganda, Comores, vamos ver que esses têm grupos de muito tempo, de 30 a 40 anos. Nós não tínhamos, e de repente surgem neste momento histórico. Por quê?

Eu acho que isso tem a ver com grandes mudanças nessas sociedades, que foram impactadas de algum modo pelas mudanças no país. Talvez alguns jovens decidissem que essa é a maneira mais proveitosa. 60% da população de Niassa é muçulmana, porque não acontece lá? Nampula em termos numerais de muçulmanos, é maior, quase o dobro de muçulmanos de Cabo-Delgado. Nós sabemos a partir de outros estudos e dos relatórios de jornalistas que isso tem a ver com os abusos das companhias mineiras e de extracção de rubis e gás, e problemas de terras, de expectativas que não foram realizadas, de sofrimento das populações que são majoritariamente compostas por jovens. Mas precisamos de estudar com calma, cautela e com profundidade.

OS PESQUISADORES PERDERAM OPORTUNIDADE DE ESCLARECER AS MOTIVAÇÕES DOS ATAQUES DE CABO DELEGADO

A acadêmica moçambicana e Professora de História de África na Universidade das Índias Ocidentais (UWI), Santo Agostinho em Trinidad e Tobago Liazzat Bonate diz que, o país perdeu a oportunidade de conhecer em tempo real as motivações dos insurgentes que estão a semear terror na província de Cabo-Delgado.

Segundo ela, os pesquisadores deveriam ter trazido informações desde 2017, altura em que eclodiram os ataques de Cabo-Delgado. Perderam uma oportunidade ímpar de trazer a verdade aos moçambicanos por não terem ido ao terreno para recolher dados empiricamente e deixaram-se embalar por informações de terceiros quem falavam em nome dos “outros”. Geralmente essas pessoas desconhecem matérias ligadas ao Islão em Moçambique e foram propalando informações sem conhecimentos básicos.

“Apareceram especialistas em segurança, que nunca estudaram questões do islão no norte de Moçambique, que até nem conhecem Cabo Delgado, de repente começaram a dar palpites e espalhar informações sem falar com as pessoas no terreno”, disse a Professora e autora de inúmeros artigos sobre

o Islão ao longo da orla do Oceano Índico, publicados em revistas especializadas.

“Logo que aconteceu a confusão, jornalistas e investigadores, poderiam ir investigar”. Mesmo sem apontar nomes, afirma que esta camada foi impedida depois, e consequentemente o período inicial foi mal aproveitado, uma vez que “eles caíram na conversa de que os autores dos ataques eram jovens metidos com estrangeiros”. “Mas, os estrangeiros só começaram a reivindicar ataques em Cabo-Delgado, só em 2019”.

“Era o período de ir recolher toda informação, não informação através de outros, e de como os outros pensam. Recolher a informação daquela gente que vive lá. Nós precisamos de dados até agora, insurgentes não falam, nós temos que saber o que eles queriam no início, e como vieram a mudar ao longo de tempo. É por causa desse desconhecimento que ainda continuamos sem ter ideias claras”.

A também autora de “Islão e alfabetização no Norte de Moçambique: registos históricos sobre os usos seculares da escrita árabe” diz que não se pode ver e olhar os ataques de Cabo-Delgado somente como uma questão islâmica. “Se for uma questão islâmica, por que é que em Nampula não ocorreu? Os dados numéricos mostram que Nampula tem mais muçulmanos

que Cabo-Delgado. A população de Niassa tem 62 por cento de muçulmanos. Tem mais muçulmanos em outras áreas em Moçambique. Em Inhambane, Maputo, etc... No próprio Cabo-Delgado, a questão é só em volta daquele projecto de gás e dos rubis, então aí tem outra história não muito bem contada”.

Ela diz que quando não se sabe as reivindicações dos insurgentes, nunca se vai perceber a génese dos ataques. “Agora já perdemos muito tempo. Passam-se três anos, essas questões deviam ser colocadas logo a partida para poder resolver e abafar. Não aconteceu, vemos um escalonamento militarizado de segurança que resultou em muito mais violência e adesão de outras pessoas à chamada insurgência.”.

OS INSURGENTES NÃO SÃO UNIFORMES, INCORPORAM MUITOS INTERESSES DE GRUPOS

A professora disse que olhando pela sua experiência de pesquisa em assuntos que envolvem o islão, os insurgentes de Cabo-Delgado associados ao Islão não são uniformes, incorporam muitos interesses de grupos distintos.

Bonate diz que é necessário que se assuma que os insurgentes de Cabo-Delgado são moçambicanos com convicções diferentes, e, criar condições para que haja uma separação para melhor impedir o alastramento dos ataques. “Temos que separar os elementos criminais e outros que têm convicções religiosas - políticos nestes ataques. Esses últimos são minorias, mas uma minoria mortífera, muito barulhenta e pode ser muito forte”, adverte.

“Se assumirmos que esses são nossos concidadãos, tem elementos que são minorias, mais provavelmente muito fortes. Temos que separar a maioria que está lá ou porque é adolescente, ou foi levado por alguma razão, foram capturados ou foram aliciados com dinheiro ou foram sequestrados ou estão lá por vingança, porque sofreram torturas ou alguma injustiça.”

O ISLÃO NÃO É UMA ÚNICA COISA

A Professora Liazzat Bonate, entende que a forma como os ataques de Cabo-Delgado, são relacionados ao Islão é limitante e não reflecte a realidade. “A realidade de vida é mais do que aquela concepção muito estreita. Quando abordamos o islão e sociedades muçulmanas não devíamos cair nestas teorias, devíamos considerar o islão como uma prática vivida.”

Ela diz que a forma como os insurgentes interpretam o islão, associando às questões que não conseguem resolver,

faz com que a sociedade tenha uma percepção errada daquilo que é o islão. O Islão não é uma única coisa, diz ela. “Eles instrumentalizam para fins de guerra contra outros, não só cristãos, como também outros muçulmanos que são avaliados como não muçulmanos, como pessoas que fazem coisas erradas.”

“Por outro lado, há instrumentalização do islão para fins políticos”, afirmou, considerando que os insurgentes de Cabo-Delgado, é um movimento político. “Eles têm uma reivindicação política, é um movimento político, eles identificam-se com movimentos políticos, mesmo fora do país que são mais globalistas como o Estado Islâmico e outros movimentos radicais políticos que são mais radicais do que muitos outros”.

TEMOS QUE ENTENDER AS OCORRÊNCIAS PARA IDENTIFICAR OS PROTAGONISTAS

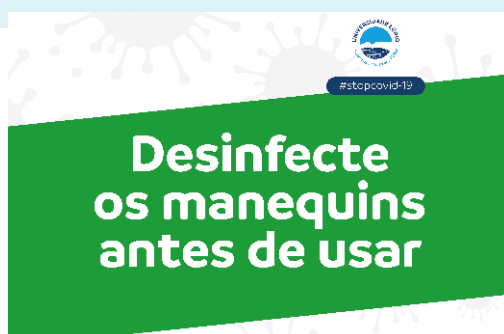
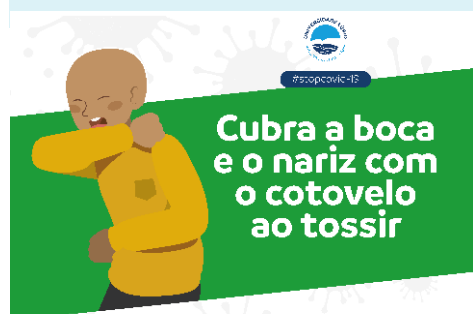
Como forma de estancar a onda dos ataques de Cabo-Delgado, a Professora de História de África na Universidade das Índias Ocidentais (UWI), Santo Agostinho em Trinidad e Tobago, Liazzat Bonate diz que o mais importante é entender o desenvolvimento de os todos elementos e ocorrências desde 2017 para identificar os protagonistas.

“Eu acho que o mais importante é entender o desenvolvimento dos elementos e ocorrências, eventos que aconteceram desde 2017 até agora para construir uma história, para identificar os protagonistas, porque não sabemos quem são.”

Ela sugere que as forças de defesa que se encontram posicionados em Cabo-Delgado deviam se abster de exhibir e ou fornecer imagens torturando pessoas, porque segundo ela, ao lançarem as referidas imagens vão fazendo uma propaganda a favor dos Shababes e Estado Islâmico, provocando um sentimento de revolta no seio dos populares.

“O facto de esses jovens estarem lá no meio da insurgência não lhes tira a cidadania, ainda são Moçambicanos”, disse. Ela explicou que o mais importante é o governo continuar a dar esperança aos jovens da região, criando condições para que desenvolvam actividades que permitem a sua participação nos processos de desenvolvimento em curso no país.

Ela falava num webinar organizado pelo Centro de Estudos Culturais e Religiosos do Oceano Índico, subordinado ao tema “A costa Norte de Moçambique e o Mundo Suaili: o Islão, o Índico e a Tradição Africana”.



“O NÍVEL DE PREPARAÇÃO PARA A RETOMA DAS AULAS PRESENCIAIS É SATISFATÓRIO”



Está para breve o processo de retoma das aulas presenciais a nível da FCSH. O Director Pedagógico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,

Jóssimo Calavete disse que o nível de preparação para a retoma das aulas presenciais é satisfatório.

Segundo ele, este facto confirma-se com os resultados parciais do relatório de vistoria para verificação do nível de preparação da nossa faculdade. Para além de se ter feito várias aquisições de equipamentos, foram preparadas outras condições necessárias para a retoma segura das aulas, nomeadamente, “divisão das turmas para um rácio que permita o distanciamento recomendado dos estudantes; sinalização e arrumação de carteiras; reelaboração de horários; aprovação do plano de limpeza e desinfecção das salas; aprovação do plano de gestão de intervalos; produção e afixação de cartazes; produção e afixação de croqui e sinaléticas; produção e publicação de normas de interacção da comunidade académica; formação de docentes e CTAs em biossegurança, entre outras acções que garantem o retorno seguro às aulas presenciais, não obstante os desafios eminentes”.

OPINIÃO DOS NOSSOS PROFESSORES

Os nossos professores dizem que a retoma das aulas presenciais no novo normal é desafiante, mas garantem estar preparados.



“A abertura de aulas presenciais é bem-vinda. Para além de oportuna, só peca por ser tardia. É imperioso avançar”. **Victorino Chadreque**



“Na minha opinião, vejo o retorno às aulas como um desafio para mim como docente, para os estudantes e para todos os funcionários da FCSH na medida em que estamos a travar uma luta em que o inimigo é invisível e pode estar com qualquer um de nós. O retorno às aulas é acto necessário, mas também pode ser visto como uma acção de perigo eminente a partir do momento em que for testado o primeiro caso positivo. Mas o mais importante é tomar as medidas de prevenção correctamente”, **Fernanda Martinho Dinheiro.**



“Claro que está declarado um novo normal em todo mundo por conta da pandemia do covid 19, e Moçambique não foge do cumprimento deste fenómeno. A abertura das aulas presenciais, independentemente da situação, terá que se arranjar um meio-termo para acontecer, porque esta questão ou necessidade é impulsionada por causa da natureza de alguns cursos que duma e doutra forma terá se complementar com a componente prática presencial”, **Sevenasi Joaquim**



“Em relação à questão, penso que temos que caminhar de acordo com as decisões das autoridades”, **Cristóvão Anselmo.**



“Eu acho que se conseguirmos organizar de acordo com as recomendações para prevenção, podemos reabrir. Ao longo das actividades presenciais devemos agir com responsabilidade, respeitando o recomendado. Todos juntos, por uma só causa, podemos ultrapassar a situação em que nos encontramos”,
Bernardette Manhiça.

“Em simples palavras é sempre muito bom regressar à sala de aulas, regressar ao convívio dos colegas, discutir os assuntos de forma ainda mais aberta. Mas a história que traçamos ao logo deste período de covid-19 ultrapassa a nossa capacidade de poder fazer um julgamento mais pacífico sobre a história que traçaremos depois da retoma de aulas. Deixando assim uma grande pergunta que somente o tempo responderá. A verdade é que nesse caminho instável, os seres humanos esquecem-se que covid 19 não tem religião, preferência, linguagem, amigo, irmão, etc. É simplesmente covid-19. Retomar as aulas, deveria implicar, como sempre diz o Presidente da República, mais responsabilidade, mais consciência, e sobretudo mais autoridade connosco mesmos enquanto indivíduos (estudantes, professores, comunidade académica), ou seja, deveria impedir-nos de viver os abraços, as conversas mais próximas,



como se fosse num momento normal e talvez festivo. Portanto, a reabertura das aulas, mais do que ser um momento de alegria e alívio é um momento de desafio e deveria ser um momento de vigilância, deve ser um momento de reforçar os armamentos contra covid-19. **Cleiton Fernando Pinto Celestino**

PARABÉNS JULECA E MATANO PELA PASSAGEM DE MAIS UM ANO DE VIDA



Juleca e Matano, nossos aos aniver-sariantes

O mês de Setembro não é diferente de outros na FCSH. Temos dois colaboradores que comemoram os seus aniversários. A direcção e os colaboradores endereçam muitas felicidades aos aniversariantes.

“A MINHA INTEGRAÇÃO NA FCSH FOI BASTANTE FACILITADA”

Juleca Albano Gomes Lichia nasceu na cidade de Nacala-Porto, província de Nampula a 5 de Setembro de 1987. Professora de Gestão Financeira e Economia, no 2º e 4º anos do curso de Turismo e Hotelaria, desde Fevereiro do presente ano, também ocupa a função de chefe da repartição de Unidade Executora de Aquisições (UGEA).

A nossa aniversariante afirma que o ambiente saudável e a entajuda entre os colaboradores são alguns dos traços que fazem com que a FCSH consiga muito facilmente alcançar resultados. “A minha integração, quer na faculdade, quer na comunidade foi bastante facilitada. A

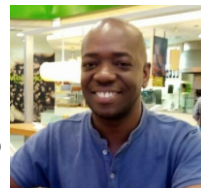
dificuldade que tive, consegui ultrapassar com ajuda de todos os colegas. Depois por um programa de indução que me permitiu colocar questões e apresentar as minhas expectativas profissionais”, disse, explicando estar satisfeita, pelo facto de estar afrente de cadeiras da sua área de trabalho, o que a coloca mais motivada.

“ CONSEGUI CONSTRUIR UMA CASA DE ALVENARIA QUE ESTAVA MUITO DIFÍCIL PARA MIM”

Matano Ussene Assane, o segurança da FCSH, é o outro aniversariante do mês de Setembro. Natural da Ilha de Moçambique, nasceu aos 15 de Setembro de 1990. Diz que com o trabalho que exerce na Universidade Lúrio, conseguiu melhorar a sua vida ao ponto de ter construído uma enorme moradia. “Conseguí construir uma casa de alvenaria que estava muito difícil para mim”, disse, acrescentando que para além de casa, conseguiu melhorar a sua imagem e reputação no seio da comunidade onde reside. Conta que antes deste emprego, trabalhava numa empresa de segurança privada onde a sua vida ficou deteriorada, tudo por conta de falhas recorrentes nos pagamentos dos vencimentos, o que viria a criar vários danos e dívidas. “Com este trabalho consegui mudar a minha imagem. Este emprego fez de mim, um indivíduo responsável e credível. Antes não era respeitado. Tinha muitos problemas no bairro”.

Matano disse que o trabalho que realiza é difícil por acontecer no período nocturno. Mas conta que a experiência, a valorização que é dado, facilita sobremaneira o seu trabalho. “Sou muito grato a todos, especialmente à direcção que tem sabido trabalhar connosco.”.

PATRIMÓNIOS E DISSONÂNCIAS



Isekiel Alcolete

Docente na Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, pesquisador do CEDIM – UniLúrio
Doutorando em Patrimónios de Influência Portuguesa, Universidade de Coimbra-III-CES

A Ilha de Moçambique, desde há muito um dos principais ancoradouros do conjunto de entrepostos do comércio marítimo suaíli da costa oriental de África, funcionou como porto de abrigo para os navios da “Carreira da Índia”, do Império Colonial Português. Desde então, ao longo do processo de conformação urbana, tem sido marcada pela existência de realidade fortemente dicotómica sobre o valor do edificado e, também, nas últimas décadas, do património paisagístico. Esta realidade, carrega consigo narrativas dissonantes sobre o valor do património edificado que assentam, essencialmente, para o reconhecimento da importância do seu território e da paisagem cultural.

Para além das dicotomias relacionadas às questões sociais – o outro local e ou global, com olhares, interpretações e opiniões múltiplas; económicas – pela (des)materialização ou não da economia da indústria cultural; históricas – como produto de reflexão presente para o futuro a partir do passado; ambientais – a partir da sua resiliência e sustentabilidade; entre outras, nesta brevíssima reflexão, sem contudo desligar-me desta interdisciplinaridade, pretendo focar e enquadrar o discurso dissonante numa perspectiva de gestão das suas estruturas administrativas a partir da introdução de autarquias, em 1997.

A eleição de um novo Conselho Municipal da Ilha de Moçambique [CMCIM] veio assumir a responsabilidade de gestão das zonas urbanizadas. Importará referir que a diferenciação entre a gestão urbana e a gestão do património edificado, sob tutelas diferentes, tem sido um obstáculo para uma abordagem holística, segundo Hougard (2018). Este facto é evidente na *Ilha*, cuja gestão funciona com dois principais órgãos do governo que são responsáveis pela gestão do património edificado: O CMCIM, dependente do Ministério da Administração Estatal e Função Pública, e o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique [GACIM], instituição do Ministério da Cultura e Turismo. Por esse motivo, fica desde logo criada nebulosa sobreposição de responsabilidade e decisão sobre a proteção e salvaguarda dos valores do bem patrimonial. A não harmonia destes valores, por qualquer que sejam as partes, pode estar a acontecer pelo facto da narrativa apresentar argumentos discrepantes que são dissonantes, no contexto da ideologia local.

A dissonância constitui a essência no processo de herança e valorização da identidade, ou seja, faz parte da sua natureza, não ou dificilmente podendo ser a ela desassociada, “a dissonância [...] é também universal no sentido em que é uma condição que todo o património possui, embora com intensidades muito diferentes” (Coutinho et al., 2018: 217). Este pensamento é complementado por Silva (2000), ao (re)afirmar “O património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma selecção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro”, justificando, deste modo, a presença do debate sobre os valores que serão reconhecidos no processo de patrimonialização.

Face às discussões dissonantes e pendulares de carga simbólica e de vínculos subjetivos, como o sentimento de pertença ou identidade, em que o

domínio, claramente tem sido dos valores afetivos e não só, o Conselho de Ministros aprova o Decreto n.º 54/2016 – “Regulamento Sobre a Classificação e Gestão do Património Edificado e Paisagístico da Ilha de Moçambique”, o Glossário, o Mapa da Área de Proteção Costeira, o Mapa das Praias Abertas e Enfiamentos Visuais, o Mapa de Infraestruturas Viárias, o Catálogo dos Edifícios Classificados da Ilha de Moçambique”. No mesmo ano, este órgão, aprova o Decreto n.º 55/2016 – Regulamento sobre a Gestão de Bens Culturais Imóveis. Para implementação deste e demais instrumentos, foram criados, pelo Governo, mecanismos formais e informais que permitem a cristalização de um sistema de gestão do património edificado (Macamo, 2018).

A monografia de Alexandre Lobato (1945), o relatório do levantamento realizado pela escola de arquitetura Arkitektsskolen I Aarhus (1985), conhecido por “livro azul”, o relatório do trabalho elaborado pela Eindhoven University of Technology (2012), conhecido por “livro laranja”, e o relatório da Oficina realizado pelas universidades Lúrio e de Coimbra (2018), conhecido por “livro verde”, refletem, profundamente, sobre os valores e modelos de desenvolvimento que permitem a salvaguarda, integrada e sustentável, dos diversos patrimónios da *Ilha* e também, e essencialmente, a melhoria das condições de vida da sua população. Como argumentado por um dos coordenadores e autor do livro verde, ao afirmar ser necessário acções para a (re)significação.

Desde a independência moçambicana, em 1975, nunca a ilha, ponto focal na sua identidade e coesão, esteve tão ameaçada de descaracterização como agora. Todavia os mesmos motivos levaram-me a argumentar que também é uma oportunidade estimulante para se tornar um lugar sustentável,

resiliente e desenvolvido (os 3 lemas do *Sustainable Development Goal 11* e da *New Urban Agenda*), excelente para viver, descansar e estudar. (Rossa et al., 2018: 64)

No fim ao cabo, as dissonâncias devem ser vistas com finalidade de melhorar às condições de habitabilidade da população na *Ilha*. Nesse sentido, na (re)significação dos valores a partir de uma sistematização fruto de selecção e escolha, torna-se cada vez mais essencial e incontornável, isto é, (re)significar o processo das relações sociais do passado, dando maior atenção para os interesses presentes a partir da fundamentação teórico-conceitual, metodológico e, também, as relações políticas, envolvendo múltiplas visões sobre o quê e como deve-se “patrimonializar”.

Na *Ilha*, a gestão do bem no processo de salvaguarda e valorização do património paisagístico passa por enquadrar às narrativas dissonantes num conjunto de formas de actuação definidas nos instrumentos legais, com realce, em particular, para o Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique.

BIBLIOGRAFIA

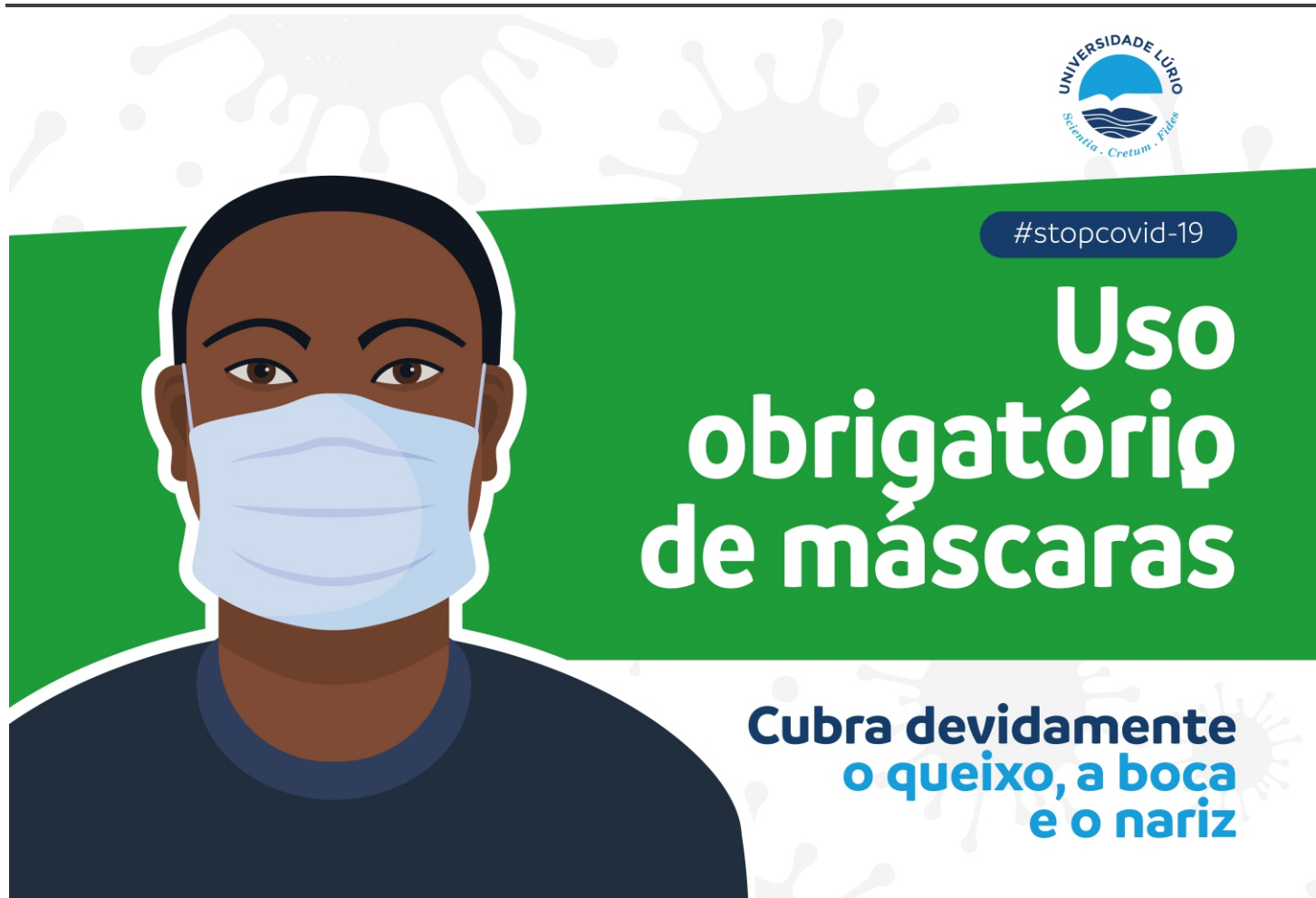
CESO-CI, (2009). Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique. Maputo: BAD/MEC. Coutinho, Belmira; Baptista, Maria; Martins, Moisés e Rebelo, José (2018), Portugal, país de turismo: Dissonâncias e usos turísticos do património do Estado Novo. Revista Lusófona de Estudos Culturais: Discursos e imagens do turismo cultural, 5(2), 213-231. Consultado a 20.06.2020, em https://www.researchgate.net/publication/330170377_Coutinho_B_Baptista_M_M_Martins_M_Rebelo_J_2018_Portugal_pais_de_turismo_dissonancias_e_usos_turisticos_do_patrimonio_do_estado_novo_Revista_Lusofona_de_Estudos_Culturais_5_2_213-231.

Gomes, Alexandre e Oliveira, Ana (2010), "A construção social da memória e o processo de resignificação dos objetos no espaço museológico", Revista Museologia e Património, 3(2).

Hougard, Jens (2018), "Ilha de Moçambique: Gerir o quê e como? Uma leitura do Património Histórico, Cultural e Edificado", Oficinas de Muhipiti: Planeamento estratégico, património, desenvolvimento. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 142.

Macamo, Solange (2018), "O Sistema de Gestão da Ilha de Moçambique: Implementação da legislação na área do património edificado", Oficinas de Muhipiti: Planeamento estratégico, património, desenvolvimento. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 92-94.

Rossa, Walter; Lopes, Nuno e Gonçalves, Nuno (2018), Oficinas de Muhipiti: Planeamento estratégico, património, desenvolvimento. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.



“Nakavoco kan'nhanhala ntxavi nee hopa Mom'mo”

Sul (ificação) dos saberes e cultura local dos Ilhéus em Muhipiti

Angelina DadeAmade Barros Alberto

Docente da FCSH



“Nakavoco kan'nhanhala ntxavi nee hopa Mom'mo” é um ditado popular em língua macua que significa:

Pescador não abandona a rede de pesca com o peixe lá dentro. Este ditado é apenas um exemplo de saberes populares, memórias sociais, narrativas locais que foram sendo transmitidos de geração para geração pela comunidade da Ilha de Moçambique, e tem uma razão de ser. A Ilha de Moçambique foi um centro de convergência de diversos povos e culturas. A arquitectura, os monumentos históricos, os saberes locais, a música, danças, a história oral, a gastronomia, a indumentária são exemplos vivos do passado histórico que Muhipiti (Ilha de Moçambique) carrega e preserva.

Sucedem que, esses saberes locais, a história oral, as músicas, danças, gastronomia, a indumentária estão a ser sul (ificadas), o termo aqui cunhado sul(ificação) foi emprestado, nos escritos do Sociólogo Boaventura de Sousa Santos, “Epistemologias do Sul”. O autor refere a “Sul” não como um espaço geográfico, mas um espaço-tempo político, social e cultural. É a metáfora do sofrimento humano injusto, causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial, sexual, cultural entre outros. Nesses moldes, neste texto refiro-me a sul(ificação) nesse sentido da marginalização cultural, discriminação, exclusão, etcetera.

E a questão que se coloca é: que futuro queremos para o património imaterial de Muhipiti? Existem muitos escritos, discursos, manuais, as organizações que lidam na preservação do património a nível nacional e em Muhipiti organizam seminários, palestras, falando sobre a preservação do património, e é sempre a mesma música: vamos preservar o património, as casas de mácuti estão a extinguir-se, as casas na cidade de pedra e cal estão a ser remodeladas não respeitando as normas vigentes em locais e sítios patrimónios, algumas estão em ruínas, como proceder? etcetera, etcetera. Mas, e o património imaterial? Pode desaparecer? É menos importante? Meus senhores, nessas reflexões que fazem, os planos de acção que desenham, há um espaço para agir em torno do resgate do “património imaterial em Muhipiti”? Quer dizer, colonizamos o património material e descolonizamos o imaterial? É urgente parar-se com a sul(ificação), marginalização, exclusão do património imaterial, é urgente parar-se de se enterrar vivo os

saberes, as narrativas locais, as memórias sociais, as danças, a gastronomia, a indumentária dos Ilhéus, que também interessa ao mundo, porque a Ilha foi classificada Património Mundial da Humanidade.

Caros leitores, para quem visita Muhipiti não precisa de “lupa” para ver que o património imaterial está em desaparecimento. No passado praticava-se em Muhipiti danças como maulide, tufo, chacacha, masebwa, nsopé. É no presente? Nem se fala. Pratica-se apenas o tufo. E outras as danças? Práticas socioculturais? Narrativas locais? Vão perdendo a essência e o valor com a dinâmica dos processos. O mesmo fala-se da tradição oral, existem determinadas práticas socioculturais, narrativas sobre construção de casas, barcos e fortins que os mais velhos (nativos) conhecem, mas infelizmente não há espaço de/para transmissão à nova geração, e por vezes esse conhecimento morre com a morte de quem conhece e sabe.

Portanto, é importante que se perceba que o património material e imaterial de Muhipiti constituem todo um sistema, devem ser preservados e conservados, nenhum destes merece ser sul(ificado). Preservar os dois, é preservar uma parte da história do país e da humanidade. Assim, para além das organizações que lidam com a gestão e conservação do património “limitarem-se” em organizar workshops, seminários, com a comunidade local para consciencializá-la a preservar, conservar o património, e auscultá-la sobre o que está a “falhar”, e contraditoriamente não tomar novas posturas e atitudes para resolver a situação, é importante que haja acções concretas, direccionadas, eficazes e eficientes, com vista à preservação do património, tanto material como imaterial da Ilha de Moçambique, porque até agora, o mais visível é “simulação” do interesse em conservar, preservar e monitorar.

A resposta para a questão que coloco: “Que futuro queremos para o património imaterial de Muhipiti”, não se pode circunscrever apenas em reflexões, intenções, mas também em acções práticas, direccionadas, eficazes e eficientes, levadas a cabo por instituições a nível nacional e provincial, local, que lidam com o património, sem excluir a comunidade.

Meus senhores, parem com a Sul(ificação) do património imaterial da cultura nacional e de Muhipiti.